



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010

Que entre si celebram, de um lado:

CLR INTERNET LTDA. com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, endereço na Avenida Júlio de Castilhos, nº 132, 11º andar, CNPJ/MF sob o nº 10.936.781/0002-65, neste ato representada em conformidade com seu Contrato Social, adiante denominada simplesmente “**CLR**” ;

e de outro lado,

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINTTEL- RS, entidade sindical de primeiro grau, legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, inscrito no CNPJ/MF sob no. 89.623.375/0001-11, sediado na Rua Washington Luiz no. 572 – Centro – na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, adiante denominado de “**SINTTEL**” ou “**SINDICATO**”.

celebram o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO** a ser aplicado a todos os trabalhadores da **CLR**, com base territorial na cidade de Porto Alegre, o que fazem nos termos do disposto no art. 611, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, consoante as cláusulas a seguir alinhadas:

CLÁUSULA 1ª – DATA BASE E REAJUSTE SALARIAL

As Partes ajustam para 1º de maio a data base da referida categoria profissional. Os salários devidos serão reajustados, a partir de 1º de Maio de 2010, com a aplicação de 2,9% (dois inteiros e nove centésimos por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento do reajuste salarial retroativo ao mês de maio de 2010 será efetuado na folha de pagamento do mês de agosto de 2010. A folha do mês deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA 2ª - COMPENSAÇÕES

Serão compensadas, no reajuste previsto na Cláusula 1ª, as antecipações salariais concedidas a partir de janeiro de 2010 exceto os aumentos decorrentes de promoção, equiparação salarial, término de aprendizagem, transferência de cargo, função ou estabelecimento, comissionamento e os que tiverem natureza de aumento real.

CLÁUSULA 3ª - SALÁRIO NORMATIVO

Para os empregados da categoria profissional, fica instituído um salário normativo no valor equivalente ao da Faixa II do Piso Regional de Salários do RS.

PARÁGRAFO ÚNICO.: Nenhum empregado poderá ser contratado com salário inferior àquele pago ao trabalhador de menor salário na mesma função ou cargo.

CLÁUSULA 4ª - ÉPOCA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Os salários deverão ser pagos até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao vencido, ou no dia útil imediatamente anterior, se este cair em sábado, domingo ou feriado.

§ 1º.: Desde que o empregado conte 15 (quinze) dias de serviços prestados no mês calendário, a CLR concederá adiantamento salarial correspondente a 40% (quarenta por cento) dos salários em vigor. Tal adiantamento será compensado por ocasião do pagamento dos salários do mesmo mês e deverá ser concedido, no máximo, até o 20º (vigésimo) dia do mês de trabalho.

§ 2º.: Se a CLR utilizar o sistema bancário para pagamento dos salários (crédito em conta corrente), os valores deverão estar à disposição do empregado até a data prevista nesta cláusula.

CLÁUSULA 5ª - CÁLCULO PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS SALARIAIS E INDENIZATÓRIAS

A média das horas extras incidirá no pagamento das férias, gratificação natalina, descanso semanal remunerado, bem como para o cálculo das verbas da rescisão do contrato de trabalho.

§ 1º.: Para fins de apuração da referida média, considerar-se-ão as horas extras prestadas no período aquisitivo, divididas por 12 meses, ou por período inferior se for o caso, tendo por base o salário hora do mês de quitação.

§ 2º.: Quando se tratar de empregado que perceba salário fixo mais comissões, ou simplesmente comissões e prêmios mensais ou semestrais, o cálculo para pagamento das verbas rescisórias, incluindo-se férias e 13º salário, será feito com base nos valores recebidos nos últimos 12 meses, ou menos se for o caso.

§ 3º.: A média de saldo positivo do sistema compensatório de horas não tem caráter de habitualidade, não integrando para efeito do cálculo da remuneração e repercussão em férias, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado e aviso prévio.

CLÁUSULA 6ª - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO

A falta do pagamento dos salários nos prazos deste ACORDO COLETIVO implicará na multa diária correspondente a 1/30 (um trinta avos) da remuneração mensal, em favor do empregado, independentemente das cominações específicas administrativas de que trata a Lei n.º 7.855/89.

§ 1º.: O disposto no “caput” não se aplicará se o atraso decorrer de paralisação dos serviços bancários, acontecimentos fortuitos ou motivo de força maior.

§ 2º.: O disposto nesta cláusula também se aplica no caso de atraso no pagamento do 13º salário e férias.

CLÁUSULA 7ª - DO SUBSTITUTO

Fica garantido ao empregado admitido para função de outro dispensado, igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens de natureza pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em relação aos casos de substituição por motivo de licença, férias, afastamentos, remoções ou transferências, aplica-se a norma do Enunciado 159 do TST.

CLÁUSULA 8ª - HORAS EXTRAS / PONTE

Em não sendo implantado o sistema compensatório de horas de que trata a cláusula 26ª abaixo, as horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário hora normal.

§ 1º.: Os domingos e feriados trabalhados sem a respectiva folga compensatória deverão ser remunerados como se fossem horas extras, porém com um acréscimo de 100% (cem por cento), independentemente do pagamento do feriado ou descanso semanal correspondente. Se o trabalho for noturno o cálculo será feito sobre o valor da hora corrigida com o adicional.

§ 2º.: A CLR fornecerá auxílio alimentação (lanche), em valor equivalente àquele concedido por dia trabalhado aos seus empregados quando deles se utilizarem para serviços extraordinários, a partir da 3ª hora extra.

§ 3º.: Poderá ser compensado o trabalho em dias úteis intercalados com fins de semana e feriados, de forma a que os empregados tenham um descanso prolongado. A compensação poderá ser efetuada em até 60 (sessenta) dias entre a empresa e os empregados, e as horas compensadas não poderão ser consideradas horas extras.

§ 4º.: A CLR poderá, desde que haja concordância do empregado, compensar esses dias no período de férias.

CLÁUSULA 9ª - VALE TRANSPORTE

Em cumprimento às disposições da Lei n.º 7418 de 16/12/85, com redação dada pela Lei n.º 7619, de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto n.º 95247, de 16/11/87, a CLR poderá conceder aos seus empregados o vale-transporte diretamente em espécie. O valor creditado em folha de pagamento, não se integrará ao salário do empregado para nenhum fim e efeito, conforme previsto na Lei n.º 10.243 de 19/06/2001.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de rescisão do contrato de trabalho, o desconto a título de vale-transporte, fica limitado a 6% (seis por cento) do salário nominal do Empregado.

CLÁUSULA 10ª - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

Aos empregados em gozo de auxílio-doença ou acidentário concedido pela Previdência Social, a CLR pagará, no período contado entre o 16º e 90º dia de afastamento, uma complementação salarial correspondente à diferença entre o que pagar a Previdência Social e o salário fixo do empregado, anotado em Carteira Profissional. Os 90 (noventa) dias de afastamento serão computados, para efeito de 13º salário, como de trabalho efetivo.

§ 1º.: Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário ou acidentário, por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a CLR pagará o seu salário entre o 16º e o 90º dia de afastamento.

§ 2º.: Não sendo conhecido o valor básico da Previdência Social, a complementação deverá ser paga em valores estimados. Se ocorrerem diferenças a maior ou a menor, deverão ser compensadas no pagamento salarial imediatamente posterior.

§ 3º.: O pagamento previsto nesta cláusula deverá ocorrer quando do pagamento dos salários dos demais empregados.

§ 4º.: Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário ou acidentário, por já ser aposentado, a empresa complementar a diferença entre o valor da aposentadoria e o seu salário entre o 16º e o 90º dia de afastamento.

CLÁUSULA 11ª - GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

Aos empregados com 8 (oito) ou mais anos de serviço na CLR e que obtenham dentro de 1 (um) ano, nos termos da lei previdenciária, Aposentadoria Especial ou por Tempo de Serviço, fica assegurada a permanência no emprego durante o período de 1 (um) ano.

§ 1º.: Os empregados que tenham de 6 (seis) a 8 (oito) anos de serviço na CLR, com direito a Aposentadoria Especial ou por Tempo de Serviço, a configurar-se dentro de 6 (seis) meses, também terão direito de permanência no emprego durante aqueles 6 (seis) meses.

§ 2º.: Caso o empregado dependa de documentação para a comprovação do tempo de serviço, terá 30 (trinta) dias de prazo para obtê-la, no caso de aposentadoria simples, e 60 (sessenta) dias, no caso de aposentadoria especial, contados a partir da notificação da dispensa.

§ 3º.: O empregado terá direito a 2 (dois) dias úteis por mês, durante os últimos 60 (sessenta) dias, para tratar da documentação da aposentadoria, sem prejuízo dos seus vencimentos normais.

§ 4º.: A partir do mês em que adquirir o direito às garantias mencionadas no “caput” e parágrafo 1º, o empregado deverá notificar a empresa no prazo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 12ª - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo de salário, até 3 (três) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento. O empregado poderá também deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão, sogro ou sogra. Em caso de internação de esposa ou companheira, mãe ou pai até 1 (um) dia útil por ano e em caso de internação de filhos até 6 (seis) dias úteis por ano, limitado a 1 (um) dia no mês, mediante comprovação por atestado de acompanhamento emitido pelo hospital.

PARÁGRAFO ÚNICO.: Tais ausências não serão consideradas para efeito de férias e 13º salário e também não serão consideradas para fins do cálculo e pagamento do descanso semanal remunerado (DSR).

CLÁUSULA 13ª - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

A CLR fornecerá gratuitamente aos empregados: uniformes, macacões e demais peças de vestimenta, em número suficiente e em condições de uso, bem como equipamentos de proteção individual e de segurança, inclusive calçados especiais e óculos de segurança graduados de acordo com a receita médica, quando por elas exigidas, na prestação do serviço ou quando a atividade e a lei assim o exigirem.

CLÁUSULA 14ª - ESTABILIDADE DA GESTANTE

A empregada gestante desfrutará de estabilidade provisória no emprego, durante a gravidez até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto. Ficam excluídas dessa vantagem as empregadas em período de experiência, ou com contratos por prazo determinado, ou aquelas dispensadas por justa causa devidamente comprovada.

PARÁGRAFO ÚNICO.: Poderá haver acordo para a rescisão do contrato de trabalho, com a assistência do Sindicato.

CLÁUSULA 15ª - CONVÊNIO MÉDICO

Fica facultado à CLR a concessão de Assistência Médica e Convênios aos seus Empregados, ficando garantida a adesão opcional. Caso a CLR, venha a cancelar o benefício, poderão seus empregados optar pelo plano de saúde disponibilizado pelo SINTTEL/RS. No caso de adesão facultativa dos empregados da CLR ao plano de saúde disponibilizado pelo SINTTEL/RS, as partes negociarão o subsídio da CLR a referido convênio.

CLÁUSULA 16ª - AVISO PRÉVIO

A dispensa do empregado será sempre comunicada por escrito, mediante carta certificada e entregue ao trabalhador contra-recibo. A carta deverá esclarecer se o empregado deverá ou não estar à disposição da empresa durante o período de aviso prévio. Se a carta nada esclarecer sobre o trabalho do pré-avisado, o mesmo ficará dispensado de comparecer aos serviços durante o período do aviso prévio.

§ 1º.: Quando o aviso prévio for concedido no último dia útil da semana, a contagem do tempo começará a fluir a partir do primeiro dia útil da semana subsequente.

§ 2º.: Quando a CLR exigir o trabalho no curso do aviso prévio, o empregado fará a opção pela redução diária de 2 (duas) horas ou de 7 (sete) dias consecutivos, comunicando a CLR, por escrito, a sua opção.

§ 3º.: Os empregados que contarem com 5 (cinco) ou mais anos de serviço na CLR, e tiverem idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos no dia da comunicação da dispensa, e forem demitidos sem justa causa, terão direito a aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que a CLR só poderá exigir o trabalho nos primeiros 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 17ª - DISPENSA POR FALTA GRAVE

O empregado dispensado sob a alegação de falta grave deverá ser avisado, por escrito, dos motivos fáticos determinantes da mesma.

CLÁUSULA 18ª - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

A liquidação dos direitos trabalhistas decorrentes da rescisão contratual deverá ser efetuada no 1º (primeiro) dia útil contado do término do aviso prévio trabalhado ou no 10º (décimo) dia contado da data da notificação da demissão, no caso de aviso prévio indenizado. Para esse feito, a CLR deverá comunicar ao empregado, por escrito, a data da homologação da rescisão, a qual deverá ser efetivada no prazo de até 10 (dez) dias após o prazo estabelecido no Art. 477 da CLT, sob pena da mesma multa nele estabelecida, exceto se o atraso ocorrer em decorrência de ausência de agenda por parte do sindicato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica estabelecido que o Sindicato, por ocasião da homologação das rescisões de contrato de trabalho de empregados com 1 (um) ano de trabalho ou

mais, prestará assistência gratuita para os empregados na rescisão contratual, conforme prevê a Instrução Normativa 2/92 do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA 19ª - FÉRIAS

O início das férias, coletivas ou individuais, deverá coincidir preferencialmente no primeiro dia útil da semana e não poderá coincidir com descanso semanal remunerado, feriado ou dia já compensado.

§ 1º.: O empregado poderá optar pelo recebimento da 1ª parcela do 13º (décimo terceiro) salário no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação prevista no “caput” desta cláusula, respeitado o disposto no art. 2º da Lei n.º 4749/65.

§ 2º: A CLR concederá uma indenização de um salário nominal a todos os empregados da categoria profissional em caso de demissão sem justa causa dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o retorno das férias. A indenização será proporcional aos dias faltantes para completar o prazo acima e será efetuada a razão de 1/30 avos, sobre o salário nominal limitado a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 20ª - BERÇÁRIO, CRECHES E CONVÊNIOS

Durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, caso a CLR não disponha de creche própria ou convênio com creche autorizada, sem custos aos beneficiários, reembolsará suas empregadas e empregados, estes desde que viúvos ou que detenham a guarda legal dos filhos, com valor de R\$ 70,00 (setenta reais) para cada filho com até 6 (seis) anos de idade, auxílio este limitado a despesas reais efetivamente comprovadas. O valor estabelecido nesta cláusula será reembolsado mediante apresentação de comprovante de pagamento de creche ou instituição análoga de sua livre escolha, de profissional regularmente inscrito como autônomo no órgão fiscalizador de profissão, por babá devidamente registrada ou ainda por recibo de pessoa física.

§ 1º- Os signatários convencionam que as concessões contidas no “caput” desta cláusula, atendem ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da CLT, da Portaria n.º01, baixada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, em 15.01.69, D.O.U. de 24.01.69, bem como a Portaria n.º. 3296, do Ministério do Trabalho (Diário Oficial da União de 05.09.86).

§ 2º- Em razão de sua natureza social, todos os valores pagos a título de auxílio creche de que trata essa cláusula não tem caráter salarial, não se integrando ao salário do empregado sob nenhum efeito, valor ou forma, inclusive tributário e previdenciário.

CLÁUSULA 21ª - CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS

Fica garantida, com as alterações apresentadas no presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, a manutenção de todas as condições mais favoráveis concedidas por liberalidade da CLR, ressalvado o disposto nos arts. 501 a 504 da CLT.

CLÁUSULA 22ª - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Ficam liberados da obrigação de assinalar o ponto e da prestação dos serviços, sem prejuízo da remuneração, os dirigentes sindicais quando em serviço na CLR, a saber: um diretor eleito do sindicato profissional ou outro da Federação respectiva. Para o cumprimento desta cláusula, o Sindicato e a Federação indicarão, por escrito, à empresa, os nomes do Diretor eleito, beneficiado pela liberação aludida.

CLÁUSULA 23ª - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

No caso de descumprimento, pela CLR, das obrigações constantes do presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, este ficará obrigado a pagar multa equivalente a 1 (um) piso salarial da categoria, por infração cometida, e não por empregado, que será revertida em favor do Sindicato Profissional, ou do trabalhador diretamente prejudicado.

PARÁGRAFO ÚNICO.: Ficam excluídas desta penalidade as cláusulas que já contenham sanções específicas.

CLÁUSULA 24ª - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica permitido a CLR desconto em folha de pagamento de seguro de vida em grupo, alimentação, medicamentos, convênios com assistência médica e/ou odontológica, clube / agremiações, previdência privada e cooperativa de crédito ou outros benefícios e descontos, quando expressamente autorizados pelo empregado.

CLÁUSULA 25ª - CONDIÇÕES DE TRABALHO E OUVIDORIA

A CLR observará as normas técnicas e ergonômicas pertinentes ao mobiliário, e equipamentos e jornada de trabalho, oferecendo condições e ambiente adequado de trabalho, principalmente quanto a iluminação, ruído, equipamentos, mobiliários, espaço e a ventilação, visando a preservação da saúde de seus empregados, conforme Normas Regulamentadoras (NR's) previstas no art. 200 da CLT.

§ 1º- A CLR promoverá uma vez por ano, seminários e/ou palestras, boletins relativos as doenças tais como: AIDS, LER-DORT, Alcoolismo, dependências químicas, etc.

§ 2º- A CLR desenvolverá política de orientação, treinamento e conscientização a seus empregados quanto a prevenção de doenças profissionais, da obrigatoriedade do uso regular de equipamentos de proteção, e dos procedimentos de segurança a serem observadas durante a execução de suas atividades.

CLÁUSULA 26ª - FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA E JORNADA COMPENSATÓRIA DE TRABALHO

A CLR poderá compensar as horas extras, faltas, atrasos e horas normais através do SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, formado pelas HORAS POSITIVAS (horas extras) e HORAS NEGATIVAS (faltas injustificadas e atrasos), determinada por este

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, desde que solicitadas e autorizadas pela CLR, controladas individualmente e disciplinado da seguinte forma:

§1º- A CLR poderá instituir o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO para todos os empregados, por departamento ou por setor, a critério desta, ou seja, poderá compensar as faltas e atrasos para toda a Empresa, por Departamento ou por Setor.

§2º- O empregado que, por motivos injustificados, deixar de cumprir a jornada diária terá o tempo não trabalhado debitado do seu SISTEMA DE COMPENSAÇÃO (horas negativas) e reposto posteriormente em horas trabalhadas a mais, até que o saldo devedor fique nulo. Entretanto, caso não seja possível a compensação no próprio mês, os saldos poderão ser transportados para o mês subsequente.

§3º- Além das horas de reposição, o empregado poderá trabalhar horas extras, desde que o serviço assim o exigir. Tais horas, que dependerão de autorização prévia da CLR, serão creditadas no SISTEMA DE COMPENSAÇÃO (horas positivas).

§4º- Os empregados com horas negativas deverão zerar o saldo antes de serem autorizados a efetuar horas extras.

§5º- Os saldos positivos de horas poderão ser utilizados para compensação de feriados prolongados (pontes), para compensação durante a semana e/ou para compensação no início e no final da semana e ainda para compensação em períodos adicionais às férias.

§6º- O acerto do SISTEMA DE COMPENSAÇÃO deverá ser feito no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sendo o pagamento efetuado considerando as horas remanescentes com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

§7º- Na hipótese de dispensa sem justa causa, com justa causa ou pedido de demissão, se o empregado tiver horas positivas, a empresa quitará junto com as demais verbas rescisórias, o saldo credor de horas, e, se ao contrário, tiver horas negativas, a empresa, também, compensará o saldo devedor, juntamente com as verbas rescisórias, observado o limite do artigo 477, § 5º, da CLT.

§8º- As horas excedentes e compensadas de acordo com os critérios deste ACORDO COLETIVO DE TRABALHO não terão caráter de extraordinárias e para efeito de compensação serão computadas na base de uma por uma.

§ 9º- Nas hipóteses de faltas e ou atrasos ao trabalho, se forem debitadas no SISTEMA DE COMPENSAÇÃO ou, no caso de atraso, for permitido o trabalho naquele dia, a CLR não efetuará nenhum desconto no repouso semanal remunerado (RSR).

§ 10º- Para fins de aplicação do SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, a CLR observará as disposições da Súmula de nº. 85 do TST.

CLÁUSULA 27ª- PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A CLR, quando da elaboração do Plano de Participação nos Resultados, deverá arquivar o referido Plano no SINTTEL, de acordo com a Lei n.º 10.101/00 de 19 de dezembro de 2000.

§1º As Partes estabelecem que para o ano de 2010 a CLR apresentará um Plano de Participação nos Resultados, para anuência do SINTTEL.

§2º As Partes estabelecem que para o próximo Plano de Participação nos Resultados, em caso de formação de comissão de empregados, será observado o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 10.101/2000.

CLÁUSULA 28ª - AUXÍLIO AOS FILHOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A CLR concederá auxílio aos empregados e empregadas com filhos portadores de necessidades especiais independentemente da idade, devidamente comprovado com o laudo médico que ateste tal condição, valor mensal equivalente a 30% (trinta por cento) do salário normativo previsto na cláusula 3ª deste Acordo, por filho nesta condição.

CLÁUSULA 29ª - EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS E MEDICINA PREVENTIVA

A CLR manterá a realização legal de exames periódicos, sem ônus, para todos os empregados, inclusive por ocasião da rescisão contratual, fornecendo cópia dos resultados.

CLÁUSULA 30ª - ATESTADOS MÉDICOS

A CLR aceitará os atestados médicos e boletins de atendimento justificadores de ausência ao trabalho, emitidos preferencialmente, mas não obrigatoriamente, pelos médicos e hospitais da rede credenciada do plano de saúde concedido pela CLR ou na falta deste, do plano de saúde do Sindicato, desde que apresentados em até 48 horas do retorno ao trabalho, mediante protocolo na via do empregado na fotocópia que o mesmo apresentará a sua Supervisão.

CLÁUSULA 31ª - INFORMAÇÕES LEGAIS SOBRE SAÚDE

A CLR envidará esforços para facilitar o conhecimento de suas medidas de segurança e medicina do trabalho ao sindicato, desde que por ele solicitadas, envolvendo:

- a) Comunicação de Acidente de Trabalho;
- b) Ergonomia dos postos de trabalho;
- c) CIPA.

§ 1º.: A CLR através da CIPA fará campanhas educacionais na prevenção de doenças (AIDS, câncer de mama, câncer de próstata, danos causados pela rubéola a fetos, tuberculose), e de outros de interesse público.

§ 2º: A CLR realizará, sem ônus para os empregados e conforme definido em seu PCMSO, os exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, devendo os trabalhadores receber cópia dos resultados desses exames.

§ 3º.: A CLR realizará exames médicos audiométrico e clínico, para os teleoperadores, periodicamente, salvo orientação médica divergente, por escrito, ou mediante o PCMSO.

CLÁUSULA 32ª - CIPA

A CLR desde que possua em seus quadros profissionais a quantidade e classificação de manutenção da CIPA, de acordo com a legislação vigente estará obrigada ao cumprimento da CIPA e convocará eleições para a CIPA, com 60 (sessenta) dias de antecedência, dando publicidade do ato através de edital, enviando cópia ao SINDICATO representativo da categoria profissional nos primeiros 10 (dez) dias do período acima estipulado.

CLÁUSULA 33ª - GARANTIAS E INCENTIVO AO EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado para realização de matrículas, desde que em estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, pré-avisado o empregador com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, desde que comprovada sua realização em dia e hora incompatíveis com a presença do empregado ao serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO.: O empregado estudante, matriculado em estabelecimento de ensino e cursando primeiro grau, segundo grau, curso superior, curso de formação profissional ou profissionalizante, não poderá ter o seu horário de trabalho alterado até o término da etapa que estiver sendo cursada. Para tanto, a empresa deverá ser notificada dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à assinatura desta norma coletiva ou imediatamente após a matrícula.

CLÁUSULA 34ª - CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A CLR envidará esforços para a celebração de convênios com instituições de ensino (faculdades, escolas profissionalizantes e de idiomas) visando à obtenção de descontos substanciais pagas por seus empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CLR e o SINTTEL/RS procederão à divulgação conjunta nos quadros de avisos, dos convênios firmados conforme o *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA 35ª - QUADRO DE AVISOS

A CLR disponibilizará, em local apropriado e acessível, quadro de aviso para divulgação de notícias Sindicais, vedadas a divulgação de material político-partidário ou que contenha conceito ou expressão injuriosa a quem quer que seja.

CLÁUSULA 36ª - ABRANGÊNCIA

O presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO abrange todos os empregados da CLR, estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA 37ª - VIGÊNCIA E VALIDADE

Os termos do presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, ora ajustados, terão a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2012, de modo que as Partes ratificam os atos já praticados pela CLR até a data da presente assinatura, em razão da recente constituição da CLR. Fica garantida a revisão de natureza econômica, após 12 meses de vigência, isto é, em 1º de maio de 2011.

ENCERRAMENTO

As Partes assinam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO por estarem assim ajustados, firmam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais e jurídicos.

Porto Alegre, 03 de setembro de 2010.

FLAVIO LEONARDO SILVEIRA RODRIGUES
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E
OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL –
SINTEL- RS

ROGILDO TORQUATO LANDIM
DIRETOR CLR

MARCELO MOOJEN EPSTEJN
DIRETOR CLR